



PCMPS01 - Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social

22006_CILSJ_PCMPS01_R03

Revisão e Complementação do Plano de Recursos Hídricos da Região
Hidrográfica Lagos São João, no Rio de Janeiro



Secretaria do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO





PLANO DE COMUNICAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL

QUADRO DE CODIFICAÇÃO

Código do Documento	22006_CILSJ_PCMPS01_R03		
Título	Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social		
Aprovação por:	Lawson Francisco de Souza Betrame		
Data da Aprovação:	11/01/2022		
Controle de Revisões			
Revisão Nº	Natureza	Data	Aprovação
00	Emissão Inicial	21/11/2022	LB
01	Emissão Revisada	06/01/2023	LB
02	Emissão Revisada	11/01/2023	LB
03	Emissão Revisada	24/01/2023	LB

EQUIPE DA CONTRATANTE

CILSJ – Consórcio Intermunicipal Lagos São João

Adriana Saad – Secretária Executiva

Cláudia Magalhães – Coordenadora Administrativa

Marianna Cavalcante – Coordenadora de Projetos

Leonardo Nascimento – Analista Técnico

Jéssica Berbat – Analista Técnica

Samara Miranda – Assistente Administrativa

Crislane Santos – Assistente Administrativa

Robson Souza – Assistente Administrativo

Diretoria Colegiada Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João

Eduardo Gomes Pimenta - Presidente do CBH

Gilton Souza de Luna - Vice-Presidente

Leandro Coutinho de Mattos - Secretário Executivo

Marcos Felipe Vargas - Diretor Administrativo do Subcomitê Lagoa de Araruama

Dalva Rosa Mansur Diretora - Administrativa do Subcomitê do rio Una e Cabo de Búzios

Edna Ferreira Calheiros Saraiva - Diretora Administrativa do Subcomitê Lagoa de Saquarema

Murilo Balbino Valgueiro - Diretor Administrativo do Subcomitê do rio São João

Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Revisão do Plano de Bacia

Marília Grasiela Oliveira da Silva Souza - EMATER-RIO

Luiz Constantino – INEA

Jorge Augusto da Costa Oliveira - Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo

Keila Ferreira da Silva - Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo

Julio Cesar Calvo Rodriguez - Prefeitura Municipal de Cabo Frio

Marcos Felipe Vargas - Prefeitura Municipal de Cabo Frio

Mário Flávio Moreira - Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Caio de Carvalho Silva - Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia

Luiz Carlos Teixeira Junior - Associação de Defesa da Lagoa de Araruama

Eduardo Gomes Pimenta - Universidade Veiga de Almeida

Flávia Targa Martins - Universidade Veiga de Almeida

Caroline Souza Fernandes - Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ

Suzana Nascimento Nunes de Souza - Concessionária Águas de Juturnaíba - CAJ

Felipe Luz Liberato - Prolagos S.A Concessionária

Stephani de Souza Brunetti - Prolagos S.A Concessionária

Dulce Tupy Caldas - Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema

Edimilson Gomes Soares - Colônia de Pescadores Z-24 de Saquarema

Jorge Carmo de Mello - Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA

Irene Alves de Mello - Associação Livre dos Aquicultores das Águas do São João - ALA

EQUIPE DA ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS

Equipe Chave

COORDENADOR

Lawson Francisco de Souza Beltrame – Eng^o. Agrônomo – CREA RS010020

ESPECIALISTA EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Antonio Eduardo Leão Lanna – Eng^a. Civil – CREA RS006673

ESPECIALISTA EM RECURSOS HÍDRICOS

Fernando Setembrino Cruz Meirelles - Eng^o. Agrônomo – CREA RS054128

ESPECIALISTA EM SANEAMENTO

Mariângela Correia Laydner - Eng^a. Civil - CREA RS071373

ESPECIALISTA EM HIDROGEOLOGIA

André Luiz Bonacin da Silva – Geólogo – CREA SP5060931217

ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Lauro Bassi – Eng^o. Agrônomo - CREA SC102738

ESPECIALISTA EM DEMOGRAFIA E ECONOMIA

Jana Alexandra da Silva – Cientista Social

ESPECIALISTA EM GERENCIAMENTO DE BANCO DE DADOS E SIG

Elisa de Mello Kich – Eng^a. Ambiental - CREA RS211253

EQUIPE DE APOIO

José Rafael Cavalcanti – Eng^o. Ambiental – CREA RS229427

Larissa da Silva Soares – Eng^a. Ambiental – CREA RS254720

Bernardo Visnievski Zacouteguy – Eng^o. Ambiental – CREA RS237714

Laís Helena Mazzali Gaeversen – Eng^a. Ambiental – CREA RS245799

Luana Gabriele Gomes Camelo – Eng^a. Ambiental

Fernando Moura Antunes – Biólogo

Elvio Giasson – Eng^o Agrônomo

EQUIPE COMPLEMENTAR

Pedro Wainberg Bohrer – Graduando em Eng. Ambiental

Lucas Ronzoni Calviera – Graduando em Eng. Ambiental

Heloísa Franke – Graduanda em Eng. Ambiental



PLANO DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

SUMÁRIO

1	Introdução.....	7
2	Objetivo	8
2.1	Geral.....	8
2.2	Específicos	8
2.3	Objetivos do Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social	9
3	Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social.....	10
3.1	Equipe de Mobilização Social	12
3.2	Processo e Estratégia de Mobilização Social.....	13
3.2.1	Fase Preliminar	13
3.2.2	Diagnóstico das Bacias Hidrográficas.....	14
3.2.3	Cenarização	15
3.2.4	Plano de Ordenamento dos Usos Múltiplos da Lagoa Araruama e Plano de Abordagem Ecosistêmica Costeira	16
3.2.5	Planos de Ação e encerramento.....	17
3.2.6	Instrumentos de Comunicação	18
3.3	Planejamento e Metodologia das Reuniões Previstas.....	20
3.3.1	Reunião Inicial com o GT-PLANO e Representantes do CBH.....	21
3.3.2	Reuniões de Acompanhamento com o GT-PLANO	21
3.3.3	Consultas Públicas.....	22
4	Cronograma de Eventos.....	25
5	Bibliografia Consultada.....	26



PLANO DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

APRESENTAÇÃO

A ÁGUA E SOLO ESTUDOS E PROJETOS LTDA (CNPJ: 02.563.448/0001-49) vem apresentar seu Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social para execução das atividades referentes ao Termo de Contrato CILSJ 31/2022, firmado entre a empresa, denominada CONTRATADA, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL LAGOS SÃO JOÃO (CNPJ: 03.612.270/0001-41), cujo objeto é a “*CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PESSOA JURÍDICA PARA A REVISÃO E COMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA LAGOS SÃO JOÃO*”.

O presente documento contempla detalhadamente as atividades previstas para a mobilização e comunicação social, essenciais para garantir a participação pública na elaboração do escopo.



PLANO DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL



1 Introdução

Os planos de recursos hídricos, definidos pela Lei nº 9.433/97 (Lei das Águas), que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, são instrumentos que tratam do planejamento do uso racional das águas de bacias hidrográficas. O objetivo principal dos planos de recursos hídricos é a harmonização da qualidade e da quantidade da água com os diversos usos que a sociedade faz deste bem, considerando a geração atual e as gerações futuras, devendo ser elaborado de forma participativa e em estreita colaboração com a comunidade alvo, de maneira que seu resultado expresse um anseio social.

A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece a necessidade dos planos de bacias hidrográficas, ou planos de recursos hídricos, apresentarem um horizonte de longo prazo, acompanhados por revisões e atualizações periódicas. Atualmente, o Plano da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos e do Rio São João publicado em 2005, até a presente data, não passou por revisões. Por este motivo, precisa ser complementado e atualizado, conforme preconizado na política e com objetivo de integrar todos os atores e múltiplos usos da água existentes na Região Hidrográfica Lagos São João (RH VI do Estado do Rio de Janeiro).

A fim de aplicar os recursos financeiros devidos ao Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João (CBH-LSJ) e cumprir o que determina o inciso VIII do Artigo 4º da Lei Estadual nº 3239, de 02 de agosto de 1999 (PERH/RJ) que estabelece as diretrizes sobre a proteção das áreas de recarga dos aquíferos, contra poluição e super exploração dos mananciais do Estado do Rio de Janeiro; a Plenária do CBH-LSJ deliberou, por meio de suas Resoluções nº 100 e nº 107, a Elaboração do Plano de Ordenamento de Usos Múltiplos da Laguna de Araruama e a Revisão do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Lagos São João, respectivamente. Suas implementações, visam à fundamentação e orientação dos tomadores de decisão para fins de proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos da RH VI, permitindo a obtenção de uma visão geral da problemática relativa aos variados usos dos recursos hídricos.

A revisão do plano contempla o planejamento, a ação, o controle e o aperfeiçoamento do Plano existente em horizontes de curto, médio e longo prazos.

2 Objetivo

2.1 Geral

O objetivo geral do contrato é a Atualização do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Lagos São João (PRH – LSJ), integrando-o ao Plano de Ordenamento de Usos Múltiplos da Lagoa de Araruama e ao Plano de Abordagem Ecosistêmica na Gestão Costeira da Região Hidrográfica Lagos São João.

2.2 Específicos

Os objetivos específicos do contrato são apresentados na sequência.

- Reestruturar a base de dados e informações sobre as bacias hidrográficas da Região Hidrográfica Lagos São João;
- Estabelecer um balanço entre disponibilidade existente e demandas atuais e futuras dos recursos hídricos;
- Assegurar que a atualização do PRH-LSJ contemple a gestão participativa, democrática, integrada e descentralizada dos recursos hídricos, mediante uma consistente mobilização socioambiental;
- Incluir, ao Plano de Recursos Hídricos, o Plano de Ordenamento de Usos Múltiplos da Lagoa de Araruama, e o Plano de Abordagem Ecosistêmica na Gestão Costeira da Região Hidrográfica Lagos São João, bem como outros planos e programas inerentes e/ou correlatos à gestão de recursos hídricos dentro do âmbito e da região do CBH Lagos São João;
- Correlacionar o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica Lagos São João com o vigente, com os Planos de Recursos Hídricos Nacional e Estadual, Plano Estadual de Segurança Hídrica (em construção), Planos Municipais de Saneamento dos municípios nela inseridos, Planos de Manejo de Unidades de Conservação da região, e demais instrumentos de planejamento que possam ser relacionados;
- Proporcionar a adaptação e formulação de programas e demais atividades setoriais no âmbito do Plano de Recursos Hídricos Lagos São João;
- Apresentar planos de ação compostos por conjunto de metas a serem alcançadas com base nas reformulações dos programas, projetos e ações, atender às disposições constantes na Seção III da Lei Estadual nº 3239/2019; considerando os elementos constitutivos para os Planos de Bacias Hidrográficas, que visam assegurar a manutenção

da biodiversidade aquática e ribeirinha, em qualquer fase de regime de vazão dos mananciais.

- Promover a articulação entre os entes, governamentais ou não, para fomentar a implantação das ações e metas previstas no PRH-LSJ

2.3 Objetivos do Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social

O presente documento tem como objetivo apresentar de forma sistêmica e detalhada o planejamento das atividades a serem desenvolvidas, os recursos materiais, tecnológicos e apoio logístico, o cronograma de execução dos trabalhos e as propostas metodológicas para engajamento dos diferentes atores no processo de participação pública.

A partir do exposto, o presente relatório apresenta a **Estratégia para Participação Pública e Mobilização Social**, composta pela descrição da metodologia e procedimentos a serem empregados no processo de envolvimento social.

3 Plano de Comunicação, Mobilização e Participação Social

A mobilização é sem dúvida um dos elementos mais importantes dentro da implementação de programas para a conservação de recursos hídricos sendo determinante em seu sucesso e viabilidade. As ações de Mobilização Social visam garantir uma comunicação positiva e assertiva, sensibilizando indivíduos, resgatando demandas e conhecimentos, além de reduzir os riscos de conflito e de promover o entendimento e o bem social.

O envolvimento da sociedade é fundamental para a elaboração de um Plano de Recursos Hídricos, conforme a Lei Federal nº 9.433/97 e a Lei Estadual nº 3.239/99 (Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro) e suas alterações posteriores. Este envolvimento visa informar e buscar complementação dos estudos, pois a sociedade irá aportar novas informações que podem complementar o diagnóstico, além de opinar sobre os usos futuros das águas das bacias e indicar, inclusive, possíveis compromissos com as metas a serem estabelecidas no Plano.

Para que esta participação seja efetiva, são previstos mecanismos de repasse das informações levantadas no desenvolvimento dos estudos. O processo de mobilização da sociedade para participação nas decisões sobre o futuro da gestão das águas das bacias pressupõe a continuidade do processo em termos de elaboração dos planos de recursos hídricos, garantindo a prospecção de demandas para a geração da corresponsabilidade como vínculo primordial entre projetos instituídos de ação social e ambiental e seus públicos, criando condições para a participação e manter os atores sociais engajados em suas causas.

A atualização do Plano de Bacia, em desenvolvimento pela Água & Solo, irá proporcionar uma visão holística das complexidades que envolvem a RH VI sob uma perspectiva da diversidade humana e ecossistêmica promovendo a integração dos atores que habitam e usufruem da região hidrográfica, de maneira que, os múltiplos usos da água identificados e previstos para o futuro prossigam mediados por uma leitura de conservação de paisagens e geração de corresponsabilidade.

A estratégia de mobilização irá procurar valorizar os representantes de Comitês, aprimorando sua atuação como interlocutores junto as suas bases em todas as Fases da revisão e complementação do PRH-LSJ, de modo a:

- Apoiar e executar a divulgação, a articulação e a mobilização dos diferentes segmentos e categorias que compõem cada Comitê e que devem participar do processo;
- Identificar questões estratégicas em relação aos recursos hídricos nas regiões;
- Promover discussões e a disseminação de informações junto às suas bases locais, regionais ou setoriais, consolidando desta forma sua representatividade;
- Analisar documentos e propor correções, complementações e adequações necessárias

Nesse processo de mobilização social, a Água e Solo atuará como estimuladora e apoiadora junto ao CBH, para reforçar a atuação destes como interlocutores junto à sociedade das bacias, e como canal de comunicação e envolvimento social. As contribuições possíveis da Água e Solo no processo são:

- Propor uma estratégia geral para desenvolvimento do processo de mobilização social;
- Fornecer informações técnicas para decisões e negociações a serem realizadas pelos membros dos colegiados durante o processo de planejamento;
- Desenvolver metodologia de elaboração dos planos de forma a contribuir para capacitação dos envolvidos no desempenho de suas atribuições, em especial, em relação à aprovação dos Planos;
- Fornecer suporte técnico e indicar estratégias de mobilização para ampliar a interlocução dos comitês com os segmentos representados e a sociedade da região hidrográfica;
- Fornecer métodos e instrumentos de comunicação social para fins de mobilização;
- Fornecer métodos de planejamento estratégico no auxílio de construção de metas e indicadores dos PRH-LSJ, bem como ferramental necessário para elaboração e acompanhamento da implementação Plano;

A participação social na elaboração dos PRH-LSJ dar-se-á tanto através de atividades presenciais – reuniões locais promovidas pelos membros do comitê e consultas públicas – quanto utilizando estratégias de contribuições à distância, como reuniões virtuais, preenchimento de questionários críticos-propositivos e por meio das enquetes orientadoras de tomadas de decisão, além de boletins informativos a serem veiculados em diferentes plataformas de comunicação digital, como o site Institucional, *Instagram*, *Facebook*, *LinkedIn*, *WhatsApp* e grupo de e-mails.

Visando orientar a estratégia proposta, apresenta-se o Plano de Comunicação e Mobilização Social dos PRH-LSJ e, em seguida, o planejamento e metodologia das reuniões previstas. Este plano que tem por objetivo promover uma eficaz interlocução territorial será apresentado com dois enfoques:

- Processo e estratégia de mobilização social, descrevendo as estratégias para garantir uma efetiva articulação entre os diferentes atores, CBH e a sociedade na elaboração dos PRH-LSJ;
- Instrumentos de comunicação, contendo a descrição dos mecanismos que possam subsidiar a participação social no processo de elaboração dos PRH-LSJ.

3.1 Equipe de Mobilização Social

A equipe de mobilização será constituída por um coordenador, que poderá ser apoiado por mobilizadores, em especial sobre seus processos organizativos, com conhecimento da área ambiental e de recursos hídricos.

É importante considerar que a sociedade passou por grandes avanços tecnológicos desde a promulgação da Lei das Águas e, portanto, as metodologias para mobilização social devem utilizar as ferramentas disponíveis atualmente. Neste sentido, a equipe de mobilização não deve ser entendida apenas como “mobilizadores de campo”, visto que grande parte das atividades poderão ser realizadas de forma virtual, o que deverá promover um alcance ainda maior das informações relativas ao plano. Abordando esta questão a partir de uma linguagem moderna, a equipe de mobilização pode ser entendida ou chamada de “influenciadores”, considerando o engajamento que deverão promover junto aos diferentes atores das bacias em estudo.

São atribuições da equipe de mobilização:

- Promover a estratégia e as atividades de mobilização social a serem desenvolvidas em cada etapa da elaboração do plano, em estreita articulação com a coordenação técnica;
- Realizar a interlocução com o CBH, instituições públicas, entidades da sociedade civil, segmentos usuários, movimentos sociais e sociedade da região hidrográfica;
- Integrar o Plano de Comunicação Social do CBH, se existirem, ao processo de mobilização social do plano;

- Realizar entrevistas e coleta de informações nas instituições e entidades selecionadas para diagnóstico institucional/organizacional da região hidrográfica;
- Elaborar relatório contendo a sistematização das informações oriundas dos contatos institucionais na bacia para ser incorporado ao diagnóstico integrado;
- Participar de reuniões de acompanhamento junto à equipe técnica, ao GT-PLANO e ao CBH, quando se fizer necessário;
- Realizar a moderação de consultas públicas e elaborar os respectivos relatórios.
- Produzir material informativo, físico e digital, sobre o plano e todos os eventos a serem realizados;
- Apoiar a realização das Consultas Públicas (recepção, credenciamento, apoio na plenária e no registro da reunião);

3.2 Processo e Estratégia de Mobilização Social

O processo e a estratégia de mobilização social serão desenvolvidos buscando garantir uma participação contínua e gradativamente mais efetiva na medida em que cada uma das fases do processo de elaboração do plano for sendo realizada. Ao todo serão realizados 9 encontros para integração e participação do público na revisão do PRH-LSJ.

3.2.1 Fase Preliminar

Nesta fase, o GT-PLANO fará a aprovação deste Plano de Trabalho e da proposta de mobilização social que nele é apresentada. Em uma primeira reunião com o GT-PLANO, a equipe de consultoria apresentará a estratégia geral de elaboração do plano, o conteúdo e cronograma previstos, além dos membros da equipe. Também será apresentada a proposta preliminar para a mobilização social nas diferentes fases de elaboração do plano. Além disso, será realizado um levantamento de potencialidades e fragilidades em relação aos recursos hídricos das bacias litorâneas, visando coletar a opinião dos membros do CBH em relação às principais questões ou temas considerados relevantes pela população das bacias em estudo.

Ainda na Fase Preliminar, deverá ser iniciado o levantamento dos atores sociais das bacias, tendo como base as indicações do GT-PLANO e dos membros do CBH.

3.2.2 *Diagnóstico das Bacias Hidrográficas*

Na fase do diagnóstico, a Contratada irá desenvolver um conjunto de atividades que visam à implementação do Plano de Comunicação e Mobilização Social, de modo a garantir uma divulgação eficaz do processo de revisão do plano, fomentando a ampliação da lista de atores sociais atuantes nas bacias litorâneas de modo a aprofundar a relação do CBH com a sociedade das bacias, garantindo uma efetiva participação social no processo.

3.2.2.1 *Consolidação da Ampliação dos Atores Sociais Atuantes nas Bacias*

Durante a elaboração do Diagnóstico serão estabelecidos contatos com instituições públicas, entidades da sociedade civil e do setor privado, com objetivo de mapear e ampliar o conjunto de atores sociais envolvidos, coletar informações sobre sua atuação, sua visão da problemática dos recursos hídricos nas bacias e, inclusive, levantar e/ou atualizar dados técnicos. Essa atividade deverá consolidar o levantamento preliminar realizado na fase anterior do plano.

Serão feitas ligações e reuniões virtuais para apresentação da proposta do PRH-LSJ às instituições e entidades, esclarecendo seus objetivos e estimulando sua participação, que se dará em um primeiro momento com o preenchimento de formulários e questionários digitais. Esta pesquisa deverá conter os dados principais da instituição/entidade, sua área de atuação, conhecimento e ou participação na gestão dos recursos hídricos, além dos contatos de seus representantes. A equipe mobilizadora irá apoiar e incentivar lideranças e atores locais à auxiliarem pessoas com baixa instrução no preenchimento aos questionários, garantindo uma integração no processo de comunidades regionais tradicionais, entre outros, que possam trazer elementos enriquecedores para uma leitura de território. Somado à isto serão feitas divulgações em rádios locais e redes sociais buscando agregar o maior número possível de habitantes do território. No questionário-consulta a instituição deverá identificar as questões que considera relevantes para constar do plano, como: interesses, problemas, conflitos e alternativas de solução, dentre outras.

Visando a garantia de um processo participativo no qual todas as partes interessadas sejam capazes de dar suas opiniões sobre o desenho do programa, a equipe mobilizadora apresentará um levantamento prévio acerca das várias partes interessadas e que poderiam ser beneficiadas ou afetadas pelo plano para ser validado juntamente ao GTE e CBH. Orientando-se pelas

metodologias do BID, ao final deste processo espera-se responder “Quem deve ser consultado e por quê?” e “Como promover a participação das mulheres e envolver grupos vulneráveis?”. Este o levantamento servirá à priorização e orientação geral da estratégia final de comunicação.

Os resultados serão sistematizados e encaminhados à coordenação técnica do trabalho responsável pela elaboração do diagnóstico.

3.2.2.2 *Primeira Consulta Pública*

Tendo como base a Constituição Federal Brasileira de 1988 que assegura o regime democrático e a participação popular, dando direito aos cidadãos de conhecer e ter acesso às informações da administração pública – artigo V, parágrafo XXXIII -, indica-se a apresentação do relatório de Diagnóstico Ambiental na 1ª Consulta Pública referente a revisão e complementação do PRH-LSJ. A consulta pública é um mecanismo de participação social, de caráter consultivo, realizado com prazo definido e aberto a qualquer interessado, com o objetivo de receber contribuições sobre determinado assunto, buscando especialmente fortalecer e identificar os benefícios e oportunidades de um projeto. O objetivo específico desta consulta será discutir com os presentes “a bacia que temos”, disponibilizando de forma clara, objetiva, de fácil acesso e com uma linguagem entendível para o maior número de cidadãos e potenciais interessados, visando colher contribuições neste tema que diz respeito ao coletivo. Os locais onde estes eventos serão realizados deverão ser definidos no decorrer dos trabalhos, em consenso entre GT-PLANO e CBH.

A mobilização social para a Consulta Pública ocorrerá, principalmente, através da divulgação do evento por meios de comunicação digital e rádios locais, buscando dar maior visibilidade ao plano e informando a sociedade das bacias. Além dessa estratégia, deverá ser realizado uma mobilização de campo, realizando contatos pessoais com os diversos atores identificados, especialmente comunidades cujas principais atividades econômicas estão ligadas à pesca e à agricultura, bem como contatos telefônicos para reforçar a importância da participação na Consulta Pública.

3.2.3 *Cenarização*

Se o Diagnóstico tem um caráter essencialmente técnico, a Cenarização, ao contrário, tem um forte caráter político. Trata-se de decidir, coletivamente, o que se quer para o futuro das bacias

em relação aos usos dos recursos hídricos, o que terá impacto direto na elaboração dos programas na fase seguinte do plano.

A estratégia de mobilização social na Cenarização buscará realizar consultas à distância, utilizando formulários para envio de sugestões e proposições que auxiliem a elaboração dos cenários futuros possíveis para as bacias litorâneas. A comunicação será realizada utilizando principalmente e-mails institucionais e chamadas telefônicas, complementado pela divulgação nas redes sociais, rádios locais e outros instrumentos avaliados como pertinentes.

Adicionalmente, será fomentado o envolvimento maior dos membros do CBH, para que realizem reuniões com suas bases de representação, assim como o envolvimento dos atores sociais que contribuíram na fase de Diagnóstico, para o preenchimento dos formulários, os quais deverão ser sistematizados e utilizados pelos especialistas responsáveis pela elaboração dos cenários prospectivos. As articulações e meios de comunicação que forem estabelecidos com o CBH e demais atores sociais das bacias na fase de Diagnóstico serão aproveitados para consultas diversas em relação às fases seguintes do plano.

3.2.3.1 Segunda Consulta Pública

A estratégia de mobilização social para a segunda Consulta Pública é a mesma estratégia da primeira Consulta Pública, focando numa maior articulação com as entidades, instituições e representações setoriais que já vêm participando do processo de elaboração do plano. Da mesma forma, os documentos a serem discutidos no evento serão disponibilizados antecipadamente, para receber contribuições de aperfeiçoamento.

3.2.4 Plano de Ordenamento dos Usos Múltiplos da Lagoa Araruama e Plano de Abordagem Ecosistêmica Costeira

Nesta etapa, em que será elaborado o plano de ordenamento e plano de abordagem costeira, dentre as atividades previstas para o processo de mobilização social, têm-se a organização de 5 (cinco) consultas públicas na região hidrográfica para a validação do conjunto de diretrizes e programas propostas para a implementação do plano.

Trata-se da fase mais estratégica em termos de definições do plano. Assim, será demandado uma estratégia semelhante à descrita na fase anterior, para a discussão e sugestão de ações, programas e projetos para o plano.

Propõe-se, portanto, que sob orientação da CONTRATADA em termos de condução metodológica e suporte técnico, os membros do CBH promovam reuniões com suas bases de representação para o discutirem e apresentarem proposições para o aperfeiçoamento da proposta preliminar de diretrizes, metas e programas, os quais deverão ser sistematizados e utilizados pelos especialistas responsáveis.

3.2.4.1 Terceira a Sétima Consultas Públicas

O objetivo desta rodada de Consulta Pública é discutir a minuta do plano de ordenamento e o plano de abordagem ecossistêmica, aportando subsídios adicionais, tendo por referência o conjunto de intervenções propostas para o alcance do cenário desejável à lagoa de Araruama e à região costeira da região hidrográfica. Os locais onde estes eventos serão realizados deverão ser definidos no decorrer dos trabalhos, em consenso entre GT-PLANO e CBH.

A estratégia de mobilização social para estas Consultas Públicas, irá seguir a mesma estratégia das anteriores, focando numa maior articulação com as entidades, instituições e representações setoriais que já vêm participando do processo de elaboração do plano. Da mesma forma, os documentos a serem discutidos no evento serão disponibilizados antecipadamente, para receber contribuições de aperfeiçoamento.

3.2.5 Planos de Ação e encerramento

Nesta etapa, em que serão elaborados os Planos de Ação, dentre as atividades previstas para o processo de mobilização social, têm-se a organização de mais uma Consulta Pública na região hidrográfica para a validação do conjunto de diretrizes e programas propostas para a implementação do plano.

Trata-se da fase mais estratégica em termos de definições do plano. Assim, será demandado uma estratégia semelhante à descrita na fase anterior, para a discussão e sugestão de ações, programas e projetos para o plano.

Propõe-se, portanto, que sob orientação da Contratada em termos de condução metodológica e suporte técnico, os membros do CBH promovam reuniões com suas bases de representação para o discutirem e apresentarem proposições para o aperfeiçoamento da proposta preliminar de diretrizes, metas e programas, os quais deverão ser sistematizados e utilizados pelos especialistas responsáveis.

3.2.5.1 Oitava Consulta Pública

O objetivo desta rodada de Consulta Pública é discutir os principais resultados e conclusões encontrados na atualização do plano, aportando subsídios adicionais, tendo por referência o conjunto de intervenções propostas para o alcance do cenário desejável às áreas costeiras da bacia. Os locais onde estes eventos serão realizados deverão ser definidos no decorrer dos trabalhos, em consenso entre GT-PLANO e CBH.

A estratégia de mobilização social para esta Consulta Pública, irá seguir a mesma estratégia das anteriores, focando numa maior articulação com as entidades, instituições e representações setoriais que já vêm participando do processo de elaboração do plano. Da mesma forma, os documentos a serem discutidos no evento serão disponibilizados antecipadamente, para receber contribuições de aperfeiçoamento.

3.2.6 Instrumentos de Comunicação

Os meios e instrumentos de comunicação são fundamentais para a disseminação e democratização das informações, tendo poder decisivo na mudança de visão sobre o valor da água e a importância da sua preservação. Seu principal objetivo é apoiar o processo de mobilização social, podendo ser utilizados tanto pela equipe de mobilização quanto pelos membros do CBH.

A comunicação ganha importância dentro do processo de mobilização social para a gestão das águas pelos seguintes motivos:

- Para ser legitimado pela sociedade, qualquer plano de gestão das águas necessita incorporar valores e percepções dessa mesma sociedade;
- O primeiro passo em um processo de mobilização é a percepção da realidade que rodeia os atores sociais envolvidos: ninguém defende ou respeita aquilo que não conhece ou de que não reconhece o valor;
- Somente informação não basta, é necessário criar caminhos efetivos para a participação da sociedade em um processo como o da gestão das águas;
- A mobilização se concretiza no momento em que uma aspiração coletiva se forma na comunidade por uma ação que busca a concretização desse desejo.

Os instrumentos previstos e sugeridos para garantir os efeitos benéficos e produtivos da mobilização social sobre os trabalhos são listados a seguir:

3.2.6.1 *Mailing List*

O *Mailing List* é a reunião de contatos de e-mail específicos para vinculação de informações acerca do andamento do projeto. Será elaborado a partir do levantamento dos atores atuantes nas bacias, realizado nas etapas iniciais do plano, podendo ser complementado no decorrer dos trabalhos.

A partir do *Mailing List* é que serão enviados formulários e questionários de contribuições, além dos boletins informativos. Poderá ser subdividido em *Mailing List Geral* e *Mailing List CBH*, onde o Geral contemplará todos os atores atuantes nas bacias, enquanto o CBH contemplará apenas os membros do Comitê.

3.2.6.2 *Páginas em Redes Sociais*

Visando um maior alcance na divulgação das informações acerca do plano, poderão ser criadas páginas nas seguintes redes sociais: *Instagram*, *Facebook* e *Linkedin*. Poderá ser utilizada páginas no *Youtube* para divulgação de conteúdos e transmissão de *lives*, caso elas ocorram.

Em cada rede, os usuários poderão interagir com os responsáveis pela manutenção das páginas, o que deverá promover um maior engajamento da sociedade. Inicialmente, as páginas serão operadas pela equipe da contratante, com acompanhamento dos membros da equipe contratada. No decorrer dos trabalhos, as páginas devem ser operadas pelos contratantes. Reforça-se a importância da produção de vídeos e release que possibilitam escalar massivamente o alcance da comunicação, do qual a contratada poderá dar suporte na elaboração.

É importante salientar que as redes sociais possuem ferramentas estatísticas que permitem avaliar o alcance das postagens e o número de interações promovido, o que poderá servir como um balizador para as atividades de comunicação.

3.2.6.3 *Oficinas Temáticas*

Sugere-se a promoção de oficinas temáticas a serem executadas pelo CBH com o apoio da Contratada, com ênfase na Educação Ambiental. Neste sentido, poderá ser aproveitada a metodologia já empregada no projeto “Comitê nas Escolas”, visando dar continuidade aos

trabalhos já desenvolvidos na região. Também poderão ser organizadas oficinas para as diferentes fases do plano, visando a contextualização de cada fase e os trabalhos em andamento. O público-alvo das oficinas devem ser os principais atores atuantes nas bacias.

Estas oficinas são momentos importantes para aprofundamento da relevância da atualização do plano de recursos hídricos bem como das etapas necessárias na sua composição. A metodologia envolve a determinação de pontos relevantes para aprofundamento, realização de oficinas para disseminação de conhecimento entre os participantes, e elaboração de questionários para verificação do conhecimento e coleta de opiniões e expectativas sobre as etapas específicas do plano discutidas nestes momentos. Sua realização pode ser feita de forma presencial, com ações de educação e aperfeiçoamento, ou de forma digital, com uso de vídeos e materiais de apoio.

3.2.6.4 *Formulários e Questionários*

Com o propósito de manter uma conexão constante e avaliar o grau de satisfação e entendimento entre os participantes das atividades realizadas, assim como buscar contribuições para os estudos em elaboração, serão disponibilizados formulários e questionários nas diferentes etapas e atividades do plano, como na preparação para as Consultas Públicas. Estes instrumentos serão elaborados utilizando a ferramenta *Google* Formulário. Além dos questionamentos relacionados à cada etapa de elaboração do plano também será incluído um campo para inserção de ideias, sugestões e críticas que colaborem com a execução plena dos trabalhos.

3.2.6.5 *Anúncios em Rádio*

Na semana que antecede cada Consulta Pública, serão produzidos e veiculados anúncios em rádios de abrangência em toda a região hidrográfica. As emissoras, os horários e os dias da divulgação serão aprovados previamente com o GT-PLANO e CBH.

3.3 Planejamento e Metodologia das Reuniões Previstas

São previstas 3 modalidades de reuniões durante a elaboração dos trabalhos. Na sequência, é apresentada a metodologia e os procedimentos previstos para cada reunião.



PLANO DE COMUNICAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO SOCIAL



3.3.1 Reunião Inicial com o GT-PLANO e Representantes do CBH

A primeira reunião formal do plano tem como objetivo apresentar os membros-chave da equipe técnica da contratada aos membros do CILSJ e ao GT-PLANO. Será apresentada a equipe técnica de elaboração do plano; o Plano de Trabalho já aprovado; o cronograma físico geral; os cronogramas de reuniões com o CBH e de Consultas Públicas; as bases do processo de participação pública e os canais de comunicação oficiais com as equipes envolvidas (planejamento e acompanhamento). O Plano de Trabalho deverá ser encaminhado aos participantes da reunião com duas semanas de antecedência, para que haja tempo destes se apropriarem do seu conteúdo.

Nessa reunião devem ser também discutidos os problemas e as potencialidades dos recursos hídricos na RH VI, de forma a estabelecer uma base comum de informações e de entendimento sobre a situação, dando início ao processo de incorporação das contribuições locais. Além disso, poderão ser indicadas as principais instituições e entidades relacionadas aos recursos hídricos, visando o início do levantamento dos atores sociais atuantes nas bacias.

As contribuições advindas dessa reunião poderão ser incorporadas ao Plano Trabalho, caso sejam observadas sua relevância à inclusão.

3.3.2 Reuniões de Acompanhamento com o GT-PLANO

São previstas reuniões bimestrais de acompanhamento com o GT-PLANO. Essas reuniões têm como objetivo identificar falhas e lacunas no processo de elaboração do plano, servindo também para propor alternativas para sua solução, recomendando ações a serem incorporadas aos Planos. Elas devem ocorrer antes das Consultas Públicas previstas para diferentes etapas do plano.

Além de discutir estratégias gerais para continuidade da elaboração do plano, as reuniões de acompanhamento terão como base de discussão os Relatórios Parciais produzidos ao longo do processo. Portanto, cada produto elaborado será encaminhado ao GT-PLANO com duas semanas de antecedência em relação à data de reunião de acompanhamento que discutirá o respectivo produto. Destaca-se que a última reunião de acompanhamento com o GT-PLANO será voltada à discussão e ajustes dos Relatórios Finais, concluindo o processo de elaboração do plano.

As contribuições advindas das reuniões com o GT-PLANO poderão ser incorporadas aos produtos elaborados, visando sua consolidação e aprovação.

3.3.3 Consultas Públicas

As Consultas Públicas terão como referência para discussão os relatórios elaborados em cada fase do plano, tendo como objetivo apresentar os trabalhos em andamento e respectivas proposições, esclarecendo as dúvidas dos participantes e recebendo críticas e sugestões, a serem incorporadas nos relatórios. O conteúdo dos eventos será organizado em uma linguagem compreensível para toda a sociedade.

Cada Consulta Pública contemplará os trabalhos realizados na região até o momento da sua realização, com objetivo de apresentar e complementar os planos desenvolvidos pela contratada. A Contratante disponibilizará o local para realização das reuniões públicas em cada cidade onde serão realizadas.

No processo de preparação, tal como durante a execução das consultas públicas deverá ser adotada a metodologia desenvolvida pelo Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) para consultas significativas às partes interessadas (*stakeholders*) em projetos de impactos ambientais e sociais. Propõe-se que na elaboração do PRH-LSJ deverão constar do processo de consulta às partes interessadas e ser incorporados à preparação e execução do projeto, dez elementos fundamentais pontuados a seguir:

1. Identificação de questões prioritárias - Quais são os prováveis riscos e oportunidades decorrentes do projeto?
2. Plano de análise e consulta às partes interessadas - Quem é afetado pelo projeto? Quem tem interesses que podem influenciar os resultados? Como o projeto irá interagir com eles?
3. Informações prévias - Como as informações serão fornecidas de forma significativa às partes interessadas antes da consulta e dos eventos de consulta?
4. Fóruns e métodos apropriados para o processo de consulta – trata da estrutura e metodologia da organização dos eventos de consulta.
5. Mecanismos de reparação de queixas - De que maneira as partes interessadas podem buscar reparação quando acharem que o projeto está causando danos a elas ou ao meio ambiente?

6. Decisões de planejamento e implementação considerando a perspectiva das partes interessadas - De que maneira as preocupações e recomendações das partes interessadas serão abordadas no processo decisório do projeto e no sistema de gerenciamento como um todo?
7. Feedback para as partes interessadas e transparência no processo decisório - De que maneira as partes interessadas serão informadas acerca das decisões do projeto e como seus pontos de vista e contribuições foram incorporados?
8. Dados de referência, planos de ação e sistemas de gestão - Quais são os planos de ação que o projeto implementará para reduzir os riscos e ampliar os benefícios para as partes interessadas do projeto? De que maneira o projeto irá estabelecer e manter um sistema de gestão adequado para equacionar questões ambientais?
9. Documentação e divulgação pública - Quais são os mecanismos adotados para documentar e divulgar as informações relevantes do projeto?
10. Consulta permanente às partes interessadas durante a implementação - Quais são os mecanismos adotados para assegurar que as partes interessadas estarão sempre informadas e envolvidas durante a implementação do projeto?

Esses elementos raramente são sequenciais ou discretos, podendo se sobrepor parcial ou totalmente, acontecer por etapas e ser iterativos. A solução explícita e sistemática dessas questões é fundamental para o planejamento e a implementação de um processo significativo de consulta às partes interessadas.

Os seguintes aspectos deverão ser considerados como determinantes para garantir uma efetiva execução da consulta pública:

- Os documentos a serem discutidos no evento serão disponibilizados antecipadamente, para receber contribuições de aperfeiçoamento;
- A consulta será divulgada para a população, com prazo de início e fim, sendo recomendado inicialmente que se atente para um prazo médio de 20 dias;
- Os interessados poderão manifestar sua opinião durante os eventos, bem como, após a realização deles, por meio do envio de contribuições para o endereço *revisaoplanodebacia rhvi@gmail.com*, desde que respeitados os prazos definidos para cada consulta, observando o disposto anteriormente.



Secretaria do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



PLANO DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Finalizada a consulta será publicado um documento/relatório final com as considerações e as decisões acerca do PRH.

4 Cronograma de Eventos

Para a realização dos encontros é proposto o cronograma de eventos apresentado na Tabela 4.1. Cabe ressaltar que a mobilização não será realizada apenas nos municípios sede dos eventos.

Tabela 4.1. Eventos públicos previstos durante a realização do projeto.

Data aproximada	Período de mobilização	Cidade	Momento previsto do projeto
Segunda semana de abril de 2023	10 dias antes do evento	Armação dos Búzios	Metade Diagnóstico
Última semana de julho de 2023	10 dias antes do evento	Iguaba Grande	Encerramento Diagnóstico / Início Prognóstico (cenarização)
Última semana de setembro de 2023	10 dias antes do evento	Saquarema	Metade Prognóstico / Início Articulação de Interesses
Última semana de novembro de 2023	10 dias antes do evento	São Pedro da Aldeia	Metade Plano de Ordenamento
Primeira semana de dezembro de 2023	10 dias antes do evento	Arraial do Cabo e Casimiro de Abreu	Metade Plano de Abordagem / Início Planos de Ação (evento em Casimiro de Abreu no distrito de Barra de São João)
Segunda semana de março de 2024	10 dias antes do evento	Araruama	Metade Planos de Ação
Última semana de maio de 2024	10 dias antes do evento	Silva Jardim	Encerramento Planos de Ação / Início Relatório Síntese
Última semana de agosto de 2024	10 dias antes do evento	Cabo Frio	Encerramento do plano



PLANO DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

5 Bibliografia Consultada

ARTIGOS

Henriques, M. S., Braga, C. S., & Mafra, R. L. M. (2007). O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2^a. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Henriques, M. S. (2017). *Comunicação e estratégias de mobilização social*. Autêntica.

Mühlenberg, L. M. (1999). Mobilização social e psicodrama no trabalho comunitário. *Linhas Críticas*, 4(7-8), 99-102.

Piccoli, A. D. S., Kligerman, D. C., Cohen, S. C., & Assumpção, R. F. (2016). A Educação Ambiental como estratégia de mobilização social para o enfrentamento da escassez de água. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 797-808.

SITES

http://portal.mec.gov.br/images/Consulta_Publica_IDV_Cartilha_V2.pdf

<https://publications.iadb.org/publications/english/document/Meaningful-Stakeholder-Consultation.pdf>